

Incompetência e fraudes na Saúde levam 30% dos recursos

BRASÍLIA — O Ministério da Saúde perde anualmente 30% dos recursos destinados ao pagamento dos hospitais com fraudes e má utilização dos procedimentos médicos. Dos Cr\$ 42 trilhões gastos este ano pelo governo federal com o setor Saúde, Cr\$ 39 trilhões foram destinados ao pagamento de hospitais conveniados, mas cerca Cr\$ 1,3 trilhão foi desperdiçado com fraudes e má utilização dos procedimentos médicos. “Os gastos com a Saúde sempre foram uma caixa-preta e, somente agora, estamos começando a dar transparência”, reconhece o secretário-executivo do Ministério da Saúde, José Alberto Hermógenes.

O presidente do Inamps, Carlos Mosconi, concorda com o presidente Itamar Franco ao afirmar que o dinheiro empregado no setor não é revertido em bom atendimento à população. E sugere que, para diminuir a precariedade do sistema de saúde, a saída é a municipalização com a implantação definitiva do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas, para convencer os estados e municípios a aderirem ao processo de descentralização, é preciso, primeiro, que o governo atualize o pagamento dos 6.500 hospitais convenia-

dos que ainda não receberam abril. “Se não pagarmos em dia, não teremos credibilidade para cobrar a municipalização”, constata.

A municipalização, acredita Mosconi, trará uma grande economia porque cada cidade ficará responsável por fiscalizar sua rede. Ao contrário da análise do presidente Itamar, que considera os gastos do setor volumosos, o ministério argumenta que os recursos são inferiores aos dos anos anteriores.

O orçamento desse ano para o setor é de US\$ 8 bilhões, enquanto no ano passado foi de US\$ 12 bilhões e no anterior, US\$ 11 bilhões. Dos Cr\$ 42 trilhões investidos este ano com o setor saúde, apenas Cr\$ 4 trilhões foram destinados aos diversos programas do ministério, combate e prevenção da Aids, cólera, campanhas de vacinação, programas de saúde mulher e criança, entre outros. O restante ficou com o Inamps para pagamento de hospitais.

Entre as medidas para melhorar o controle dos gastos, Hermógenes anuncia que, a partir deste mês, o ministério irá estabelecer um teto máximo de recursos de que cada município poderá dispor.